



PODER

Na tentativa de liberar R\$ 4,2 bilhões suspensos pelo ministro Flávio Dino, do Supremo, Casa afirma ao tribunal que agiu sob orientação do Executivo, reitera legalidade dos procedimentos, mas não apresenta as atas com detalhamentos cobradas pela Corte

Câmara diz ter aval do governo para emendas

» VICTOR CORREIA
» RAFAELA GONÇALVES

A Câmara encaminhou ontem à noite ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), respostas a questionamentos formulados pelo magistrado sobre as indicações de emendas de comissão. A Casa repetiu o argumento de que agiu dentro da legalidade, seguindo as orientações do governo. No entanto, não apresentou as atas com detalhamentos pedidos pela Corte.

Em documento de 16 páginas, assinado pelo advogado da Câmara Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva, a Casa alega que a liberação das emendas seguiu a tramitação correta, conforme pareceres dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento e da Gestão; da Casa Civil e da Advocacia-Geral da União (AGU).

O ofício diz que os procedimentos foram feitos em “plena legalidade” e que o “Congresso Nacional, tanto Senado quanto Câmara, adotaram as orientações prévias do Poder Executivo, justamente porque as emendas de comissão não são impositivas”.

Em um novo capítulo da disputa entre o Legislativo e o Judiciário, Dino determinou que a Câmara respondesse objetivamente, até as 20h desta sexta-feira, a questionamentos sobre a indicação dos recursos. Caberá ao ministro, agora, decidir se mantém a suspensão das emendas.

Sobre a falta das atas das sessões das comissões para aprovação das emendas, a Câmara argumentou que a exigência do STF sobre as indicações de emendas de comissão só vale a partir de 2025. Sendo assim, a obrigatoriedade será aplicada apenas a partir dos orçamentos para os anos seguintes.

Entre as indagações, Dino quis saber se todas as 5.449 emendas listadas em ofício enviado ao Executivo foram, de fato, aprovadas pelas comissões. A Câmara, por sua vez, se esquivou do questionamento e reiterou o pedido de liberação dos recursos na ordem de R\$ 4,2 bilhões.

Estranhamento

Na petição enviada à Corte, a Casa ainda afirmou haver estranhamento pelo fato de que apenas a Câmara esteja sendo alvo de questionamentos, “quando a competência para a matéria é do Congresso Nacional”, sugerindo que eventual recurso seja apresentado também pelo Senado.

A disputa gira em torno de um documento assinado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e por 17 líderes partidários, que pediram ao Planalto, em 12 de dezembro, a liberação das emendas. A solicitação ocorreu em meio a votações caras ao governo federal, como o pacote de corte de gastos e a regulamentação da reforma tributária, que só avançaram após a liberação.

Ao mesmo tempo, Lira suspendeu o funcionamento das comissões da Câmara, entre 12 e 20 de dezembro, argumentando que era necessário focar os trabalhos nos projetos deliberados em plenário.

Segundo ação movida por PSol, Novo, Associação Contas Abertas, Transparência Brasil e Transparência Internacional—Brasil, a manobra permitiu que R\$ 4,2 bilhões, divididos em 5,4 mil emendas, fossem indicados sem seguir o rito legal, que inclui o debate nas

comissões. Como estavam suspensos, os colegiados não puderam avaliar a destinação das emendas.

A ação também aponta que parte das emendas sofreu mudanças em sua indicação, no total de R\$ 180 milhões, dos quais R\$ 73 milhões foram para Alagoas, reduto de Lira. Embora o governo federal não tenha apontado irregularidades, aprovando o pagamento das emendas, Dino acatou a posição do PSol e suspendeu os recursos até que o Legislativo preste explicações. Ele também determinou que a destinação de cada emenda e sua respectiva aprovação em comissões fossem divulgadas.

A Câmara respondeu aos questionamentos em ofício enviado na madrugada de ontem, assinado pela advocacia da Casa. O documento, com 22 páginas, nega que tenha havido descumprimento de decisões da Corte sobre a transparência das emendas ou irregularidades na suspensão da atividade das comissões.

“Desde já se rejeita qualquer imputação de tentativa de descumprimento da decisão do tribunal. Nestes autos, a Câmara dos Deputados tem agido de maneira cooperativa e de boa-fé, em sincero diálogo institucional com os Poderes Executivo e Judiciário para aprimorar o processo de elaboração e execução orçamentária de maneira transparente e eficiente”, disse o órgão.

A Câmara argumentou que as atas de liberação das emendas questionadas estão publicadas no site da instituição desde novembro de 2023 e que os valores haviam sido aprovados. Já sobre a suspensão das comissões em dezembro, a Casa afirmou que a suspensão é praxe quando há discussões importantes em plenário.

“O objetivo único da decisão foi dar preferência à apreciação de temas considerados prioritários para o país, como a reforma tributária e o pacote de corte de gastos. Assim, não se pode falar em ato ilegal ou abusivo”, afirmou. “A suspensão das reuniões das comissões é praxe nesta Casa, quando se verifica a necessidade de apreciação pelo plenário de matérias urgentes e relevantes para o país.”

Ao fim do documento, a Câmara pede a liberação do valor e argumenta que pode haver “danos e riscos de descontinuidade de serviços públicos fundamentais, notadamente na saúde” em caso contrário.

Não convenceu

Flávio Dino, porém, rejeitou a explicação e cobrou nova resposta “objetiva” até as 20h de ontem. Segundo ele, o primeiro ofício não continha “as informações essenciais” requisitadas pela Corte. “Aproxima-se o final do exercício financeiro sem que a Câmara dos Deputados forneça as informações imprescindíveis, insistindo em interpretações incompatíveis com os princípios constitucionais da transparência e da rastreabilidade, imperativos para a regular aplicação de recursos públicos”, criticou Dino em sua decisão.

Ele também enviou um questionário com quatro perguntas diretas, para serem respondidas pela Câmara: se as emendas questionadas foram aprovadas ou não em comissões e quando; se houve novas indicações após a aprovação das emendas em comissões; se a Resolução nº 001/2006 do Congresso autoriza os repasses; e se há algum outro ato normativo que legitime as emendas.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sessão da Câmara: Casa disse ao STF estranhar que o Senado não seja igualmente alvo de questionamentos da Corte sobre as emendas

Sancionado PL do BPC, com dois vetos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, com dois vetos, o projeto de lei que, entre outros pontos, altera regras para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O texto, publicado em edição extraordinária do *Diário Oficial da União (DOU)*, é uma das medidas legislativas do pacote de corte de gastos.

Lula vetou o trecho que exigia atestar deficiência de grau moderado ou grave, nos termos de regulamento, para a concessão administrativa ou judicial do benefício. Esse veto já era esperado. Na discussão do projeto no Senado, parlamentares pediram a retirada do trecho. Para evitar que o texto voltasse para análise da Câmara, já que a tramitação

ocorreu de forma apertada nas duas Casas na última semana antes do recesso parlamentar, o relator do PL no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), sugeriu dividir os parágrafos do projeto para permitir que Lula vetasse o item especificamente sobre o grau da deficiência.

“A proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que poderia trazer insegurança jurídica em relação à concessão de benefícios”, argumenta a Presidência da República no veto publicado no DOU.

O outro veto imposto por Lula anula a revogação prevista pelo projeto de lei de um dispositivo da Lei do Programa Bolsa Família sobre o reingresso de beneficiários. “A proposição legislativa

contraria o interesse público, uma vez que poderia suscitar insegurança jurídica em relação às regras de elegibilidade para reingressar no Programa Bolsa Família”, diz a razão do veto.

O pacote de corte de gastos enviado pelo governo federal ao Congresso teve sua votação e aprovação concluída pelos parlamentares no último dia 20. Inicialmente, o governo estimava um impacto econômico de R\$ 71,9 bilhões em dois anos com as medidas. Após as modificações feitas pelo Congresso, no entanto, o potencial foi reduzido para R\$ 70 bilhões.

O Executivo enviou ao Congresso um pacote contendo três propostas: um projeto de lei, que muda a regra do salário mínimo

e estabelece mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC); um projeto de lei complementar, que cria “reforços” ao arcabouço fiscal e traz regras para emendas parlamentares; e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que traz alterações no abono salarial e no Fundeb, disciplina os chamados “super-salários”, prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e autoriza ajuste orçamentário em subsídios e subvenções.

A PEC foi promulgada ainda no dia 20 pelo Congresso durante sessão solene. Ontem, o Projeto de Lei do BPC foi sancionado por Lula. Falta ainda a sanção do projeto de lei complementar do pacote, o que deve ocorrer nos próximos dias.

Lula recebe Motta e libera R\$ 6,5 bi para RS

Wallison Breno/SEAUD/PR



Lula com Padilha, Jader Filho e Pimenta: trabalho na Granja do Torto

também interessa ao Planalto, mas o presidente tenta se afastar da determinação do Judiciário.

Motta se reuniu outras vezes com Lula, quando buscava viabilizar sua candidatura à Presidência da Câmara. Com apoio de Lira e da maioria dos partidos, sua vitória é considerada certa no momento, apesar de a disputa ocorrer por

eleição entre os parlamentares em fevereiro do ano que vem.

Lula decidiu trabalhar nos últimos dias na Granja do Torto, residência oficial de campo da Presidência. Além de Hugo Motta, recebeu ministros e integrantes do governo durante o dia, incluindo a diretora Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), Te-reza Campello.

Ele também esteve reunido com os ministros Alexandre Padilha, Jader Filho (Cidades), e Esther Dweck (Gestão e Inovação).

Auxílio

À tarde, Lula anunciou o repasse de R\$ 6,5 bilhões do governo federal para o Fundo de Apoio à Requalificação e Recuperação de Infraestruturas devido a Eventos Climáticos Extremos, que serão destinados ao Rio Grande do Sul. O valor será usado para recuperar a infraestrutura gaúcha danificada ou destruída durante as enchentes que assolaram o estado. Também participaram da solenidade Jader Filho, Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social) e Padilha.

Segundo o Planalto, cerca de R\$ 2,5 bilhões serão usados para fortalecer diques, bacias de amortecimento e casas de bombas em Porto Alegre e seu entorno. (VC)